

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.^a SL

Aos 3 dias do mês de março de 2021, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Nomeação de Deputado relator para a elaboração de parecer sobre a constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, do Projeto de Lei n.º 697/XIV/2.^a (CH) - Prevê uma alteração à Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de outubro, última alteração com a Lei orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro), acrescentando o n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma, prevendo um conjunto de situações, para além da vontade do próprio, em que tem lugar a perda da nacionalidade portuguesa, acrescentando ainda uma alínea e) no n.º 1 do artigo 9.º, definindo um novo fundamento para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade. [Despacho PAR n.º 71/XIV];**
4. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
Projetos de Lei n.ºs 661/XIV/2.^a (CH) – Altera a Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, e 662/XIV/2.^a (CH) – Pela alteração ao anexo portaria n.º 933/2006, de 8 de setembro, alterada pela portaria n.º 256/2007, de 12 de março e pela portaria n.º 224/2017 de 24 de julho;
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)
Projeto de Lei n.º 666/XIV/2.^a (PS) - Procede à 1.^a alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de informação e a plataformas nos quais são registados dados de saúde dos utentes dos serviços de saúde;
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
5. **Votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes projetos de voto:**
452/XIV/2.^a (PSD)- Voto [de Condenação] pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais;
453/XIV/2.^a (CDS-PP) - Voto [de Preocupação] pelo recrudescimento do antissemitismo;
466/XIV/2.^a (PS) - Voto [de Condenação] pelo recrudescimento de manifestações de antissemitismo;
6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna (SG_SSI); Dr.^a Helena Fazenda, sobre o «Plano de Ação para a Prevenção da Radicalização, dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo (PAPREVRT);**
7. **Aprovação do Projeto de Voto - Dia Internacional da Mulher (8 de março), apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR como sendo da iniciativa da 1.^a Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.^a SL

8. Distribuição e admissão da Petição n.º 201/XIV/2.^a - Violação diretiva 2003/88/CE do Parlamento Europeu e do Estatuto Remuneratório da GNR por Parte da Guarda Nacional Republicana;
9. Apreciação e votação das atas n.ºs 29 a 37 (correspondendo às reuniões da Comissão de 2 a 24 de fevereiro de 2021);
10. Outros assuntos

11H30

Audição da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, por videoconferência, sobre os procedimentos realizados no âmbito do processo de inquérito aberto pela Inspeção-Geral da Administração Interna, sobre a atuação da GNR e da Proteção Civil nos incêndios que atingiram os abrigos da Agrela (Santo Tirso) [a requerimento do Grupo Parlamentar do PAN].

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 75/XIV/2. ^a (ALRAM)	Inclusão das novas substâncias psicoativas na Lei de combate à droga	<i>Deliberado solicitar a redistribuição à Comissão de Saúde em conexão com a 1.^a Comissão</i> Consultas a promover: INFARMED Indicativamente designada relatora a Dep. Sara Madruga da Costa (PSD)

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PJL 701/XIV/2. ^a (IL)	Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos	Deputada Cláudia Santos (PS) OA, CSM e CSMP 03-03-2021
PJL 702/XIV/2. ^a (Ninsc Cristina Rodrigues)	Altera o Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	Deputada Cláudia Santos (PS) OA, CSM e CSMP 03-03-2021
PJL 705/XIV/2. ^a (BE)	Reforço da proteção das crianças e jovens em acolhimento (quinta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)	Deputada Isabel Rodrigues (PS) CSM, CSMP, OA e CNPCCJR

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.ª SL

		03-03-2021
PJL 706/XIV/2.ª (PS)	Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) OA, CSM, CSMP e IGAC 03-03-2021

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 1010/XIV/2.ª (PSD)	Recomenda ao Governo adoção da definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (International Holocaust Remembrance Alliance – IHRA) Conexão com as 2.ª e 4.ª Comissões Competente – 1.ª Comissão	Solicitada pelo proponente a discussão em Plenário
PJR 1023/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	Recomenda ao Governo ações de combate à homofobia na dívida de sangue Conexão com a 9.ª Comissão Competente – 1.ª Comissão	Solicitada pelo proponente a discussão em Comissão

Não se tendo verificado baixa à Comissão de projetos de votos, os trabalhos prosseguiram com o terceiro ponto da ordem do dia, sendo a Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS) designada relatora do parecer sobre a constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, do **Projeto de Lei n.º 697/XIV/2.ª (CH)** - [Prevê uma alteração à Lei da Nacionalidade \(Lei n.º 37/81 de 3 de outubro, última alteração com a Lei orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro\), acrescentando o n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma, prevendo um conjunto de situações, para além da vontade do próprio, em que tem lugar a perda da nacionalidade portuguesa, acrescentando ainda uma alínea e\) no n.º 1 do artigo 9.º, definindo um novo fundamento para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade](#), parecer solicitado por S. Exª o Presidente da Assembleia da República à 1.ª Comissão.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.^a SL

No ponto seguinte, teve lugar a discussão e votação do [parecer conjunto](#) sobre os **Projetos de Lei n.ºs 661/XIV/2.^a (CH) - [Altera a lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro \(Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições\)](#) e 662/XIV/2.^a (CH) - [Pela alteração ao anexo portaria n.º 933/2006, de 8 de setembro, alterada pela portaria n.º 256/2007, de 12 de março e pela portaria n.º 224/2017 de 24 de julho](#)**, que foi apresentado pelo Relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). No debate, interveio o Senhor Deputado André Ventura (CH), na qualidade de proponente, e também o Senhor Presidente, que sugeriu que fosse promovida a audição da Direção Nacional da PSP em relação às duas iniciativas, proposta que mereceu acolhimento por parte da Comissão. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, foi antecipada a discussão e votação, previstas no ponto sexto da ordem de trabalhos, do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição da Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna (SG_SSI), Dr.^a Helena Fazenda, sobre o «Plano de Ação para a Prevenção da Radicalização, dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo (PAPREVRT)». O requerimento foi apresentado pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), que recordou que o seu Grupo Parlamentar já havia solicitado acesso ao Plano de combate ao terrorismo, quer na sua vertente mais global, quer nas suas vertentes sectoriais, tendo, inclusive, abordado essa temática com o Senhor Ministro da Administração Interna na última audição regimental. Enfatizou a necessidade de conhecer não só os dados sobre a matéria, mas, igualmente, o que tem sido feito do ponto de vista prático. Disse ainda que o modelo da audição deveria acautelar as questões de reserva e confidencialidade cujo tratamento daqueles assuntos exigia. O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) relembrou a articulação entre Governo e Partidos Políticos na elaboração do Plano de combate ao terrorismo em 2014, afirmando que se tratava de um plano bastante complexo. Sobre o plano a que aludia o requerimento, situou-o na vertente da prevenção e demonstrou o seu interesse em conhecer o documento e, até de forma mais lata, conhecer a estratégia nacional nas suas várias dimensões. Sobre o modelo da audição, não excluiu a possibilidade de existência de uma reunião com duas sessões, uma que seria pública e outra que ocorreria à porta fechada, na qual seriam abordadas as matérias sujeitas a reserva. A Senhora Deputada

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.ª SL

Mónica Quintela (PSD) anunciou que o PSD votaria favoravelmente o requerimento e chamou a atenção para o carácter das matérias a abordar na audição, afirmando a necessidade da sua realização prever uma parte mais restrita. O Senhor Deputado André Ventura (CH) destacou a utilidade da audição proposta no requerimento face às notícias de ocorrência de fenómenos de terrorismo associados à emigração ilegal. Saliu a importância do escrutínio por parte da Assembleia da República às políticas de segurança pública, reconhecendo, contudo, a necessidade de acautelar a confidencialidade daquelas matérias. A Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc) anunciou que votaria favoravelmente o requerimento, deixando uma nota de reflexão sobre a necessidade de acompanhar todos os fenómenos de exacerbação do discurso de ódio, que contribuíam, na sua opinião, para o aumento da radicalização. Chamou ainda a atenção para o crescimento da ideologia fascista, enquanto fenómeno nacional e europeu. Devolvida a palavra ao Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), este salientou, acompanhando anteriores intervenções, a importância do escrutínio parlamentar naquela matéria, salvaguardando, naturalmente, os aspetos de carácter confidencial. Declarou ainda que fenómenos como o do terrorismo, a par de outros, eram preocupantes e estavam em crescimento, sendo necessário perceber as causas subjacentes a esses acontecimentos. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Retomado o ponto quarto da ordem do dia, decorreu a discussão e votação do [parecer sobre Projeto de Lei n.º 666/XIV/2.ª \(PS\) - Procede à 1.ª alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de informação e a plataformas nos quais são registados dados de saúde dos utentes dos serviços de saúde](#), que foi apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD). Aberta a discussão, interveio o Senhor Deputado José Magalhães (PS) que anunciou que o PS votaria favoravelmente o parecer e destacou alguns aspetos relativos à iniciativa, começando por dar nota de que o problema que o projeto de lei pretendia ultrapassar fora abordado por pessoas do sector e encontrava-se plasmado na decisão da Comissão Nacional de Eleições mencionada na exposição de motivos da iniciativa. Saliu a importância de distinguir entre o tratamento e o acesso aos dados, considerando este último bastante relevante para o estudante de medicina que prestava

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.^a SL

cuidados, não sendo razoável uma autorização a cada prestação de ato médico. A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) abordou alguns tópicos que, no seu entendimento, mereciam ponderação, tal como a possibilidade do acesso aos dados do utente vir a ser alargado não só ao estudante de medicina que prestaria os cuidados, mas a todos os estudantes que acompanhavam o médico assistente, no âmbito da formação prática, lembrando que estes alunos não estavam ainda sujeitos ao dever de segredo profissional. Mais referiu que o acesso a este tipo de dados estava vedado, por exemplo, aos familiares dos utentes. Devolvida a palavra à Relatora, a mesma agradeceu as intervenções que a antecederam e salientou a complexidade do tema, bem como a importância de salvaguardar os dados e os direitos dos pacientes. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PAN.

No ponto quinto da ordem de trabalhos, foram votados os Projetos de voto n.^{os} **452/XIV/2.^a (PSD)** - [Voto \[de Condenação\] pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais](#), **453/XIV/2.^a (CDS-PP)** - [Voto \[de Preocupação\] pelo recrudescimento do antissemitismo](#) e **466/XIV/2.^a (PS)** - [Voto \[de Condenação\] pelo recrudescimento de manifestações de antissemitismo](#). Da votação resultou um texto final, aprovado por unanimidade na ausência do CDS-PP e do PAN, nos seguintes termos:

«A Assembleia da República repudia e condena todo o tipo de mensagens, de atos e de discurso antissemitas, designadamente nas redes sociais, e reafirma o seu compromisso de defesa intransigente da inclusão, da aceitação da diversidade e da promoção da igualdade, enquanto valores intrínsecos ao respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade de todas as pessoas e comunidades.»

Passou-se, então, ao ponto sétimo da ordem do dia, que previa a aprovação de um Projeto de Voto alusivo ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR como sendo da iniciativa da 1.^a Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR. No debate intervieram as Senhoras Deputadas Lina Lopes (PSD), Elza Pais (PS) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), tendo sido consensual a ideia de acrescentar uma

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.^a SL

menção ao tema da violência doméstica ao texto que fora apresentado. Por sugestão do Senhor Presidente, ficou acordado o envio por parte dos membros da Subcomissão de uma nova versão do texto do projeto de voto, a ser apreciada posteriormente pela Comissão.

No ponto oitavo da ordem de trabalhos, foi admitida a **Petição n.º 201/XIV/2.^a - [Violação diretiva 2003/88/CE do Parlamento Europeu e do Estatuto Remuneratório da GNR por Parte da Guarda Nacional Republicana](#)**, da iniciativa de Rodolfo Francisco Leite da Silva, dando-se por concluída a apreciação da petição com a aprovação da nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho e da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro).

Seguidamente, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 29 a 37, correspondentes às reuniões da Comissão realizadas de 2 a 24 de fevereiro de 2021.

No ponto reservado aos outros assuntos, a Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) usou da palavra para abordar o requerimento apresentado pelo primeiro subscritor da **Petição n.º 188/XIV/2.^a - [Solicitam a consagração legal da possibilidade de acesso à profissão de notário pelos licenciados em Solicitadoria](#)**, relativamente ao [relatório final](#) emitido em sede de apreciação da petição, no qual solicita a clarificação da menção ao termo jurista naquele relatório. A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) disse ser seu entendimento nada haver a clarificar no relatório, porquanto a ideia da interligação entre o termo jurista e o conhecimento profundo legislativo não estava colocada em causa no relatório, sendo tal reconhecido pelo peticionante no próprio requerimento. O Senhor Presidente sugeriu que se preparasse resposta ao peticionante com base em texto que sintetizasse os argumentos aduzidos pela Senhora Deputada.

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna (Patrícia Gaspar) sobre os procedimentos realizados no âmbito do processo de inquérito aberto pela Inspeção-Geral da Administração Interna, sobre a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.ª SL

atuação da GNR e da Proteção Civil nos incêndios que atingiram os abrigos da Agrela (Santo Tirso), tal como requerido pelo Grupo Parlamentar do PAN.

O Senhor Presidente começou por cumprimentar a Senhora Secretária de Estado, que participou através de videoconferência, explicitando a metodologia a adotar na audição, e deu de imediato a palavra à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), para fazer a apresentação do [requerimento](#), tendo, de seguida, a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna prestado os esclarecimentos solicitados.

Na primeira ronda intervieram, para pedir esclarecimentos, as Senhoras e os Senhores Deputados Francisco Oliveira (PS), Emília Cerqueira (PSD), Maria Manuel Rola (BE), António Filipe (PCP) e Bebiana Cunha (PAN), tendo a Senhora Secretária de Estado respondido conjuntamente às questões colocadas.

Na segunda ronda, usaram igualmente da palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), o Senhor Deputado Francisco Oliveira (PS) e a Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE), que mereceram, a final, resposta da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna.

Por fim, o Senhor Presidente agradeceu a participação e os esclarecimentos prestados e deu por concluída a audição.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 3 de março de 2021.

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 39/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Sandra Cunha (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
Joacine Katar Moreira (NINSC)
Ana Paula Vitorino (PS)
Jorge Lação (PS)
Paulo Porto (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
Bebiana Cunha (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Romualda Fernandes (PS)
André Neves (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima (PSD)
Sandra Pereira (PSD)